



isto assim não vai lá!

sp11
INFORMAÇÃO

Formação para **classificadores**



Na sequência da formação realizada no ano letivo anterior, o Gabinete de Avaliação Educacional (GAVE) voltou a proporcionar formação específica aos docentes classificadores dos exames nacionais. Esta formação aponta como objetivos contribuir para aumentar o rigor e a fiabilidade da classificação das provas e promover uma reflexão sobre avaliação das aprendizagens, particularmente sobre práticas de avaliação formativa. Constituída na modalidade de oficina, a primeira componente a distância decorreu entre 14 e 24 de maio, com recurso à plataforma Moodle. Esta ação aposta na flexibilidade de tempo e de espaço, privilegiando sessões assíncronas, assentes em fóruns de discussão e trabalhos individuais capazes de evidenciar a capacidade de síntese e de aplicação prática de conhecimentos. Esta fase da ação propunha a leitura de textos que foram disponibilizados sequencialmente, assim como as tarefas, com o compromisso de acompanhamento diário de um formador.

Esta formação gerou alguma perplexidade nos destinatários, já que se tratava de uma ação orientada para a classificação de exames e apenas se dedicou especificamente a esta função em dois dos nove dias. Não sendo de desmerecer a atenção que o plano destinava a temáticas como funções da avaliação, o erro na aprendizagem e práticas de avaliação formativa, para as quais foram propostas

cinco tarefas, e que são transversais à função docente, o enfoque na classificação de resposta a itens de exame foi concretizado numa única tarefa.

Podendo considerar-se sempre relevante a atualização de conhecimentos no domínio da avaliação, esta ação, considerando a modalidade a distância, poderia ter sido proporcionada numa outra altura do ano letivo, em que aos docentes não estivessem a ser pedidas outras tarefas, como a classificação de testes intermédios promovidos pela mesma entidade e a que a maioria das escolas aderiu.

A tarefa 6 (classificação de resposta a itens de exame), específica para cada grupo disciplinar, a mais relevante para a função que estes professores desempenham no sistema educativo, deveria ter constituído o lugar central, já que, tal como a investigação vem apontando, é este o principal fator que coloca em questão o rigor e a fiabilidade desta avaliação sumativa externa, que para além da evidente influência na classificação individual dos alunos, tem uma influência crescente para cada escola e, em última análise, para cada professor, já que funciona como referencial para a avaliação das escolas e, também, decorrendo do recentemente publicado despacho de organização do ano letivo (Despacho Normativo 13-A/2012), para o crédito de tempos a atribuir para cada ano letivo.

Anabela Sousa
direção do SPN

spn
INFORMAÇÃO

Diretora Manuela Mendonça · **Editor** António Baldaia

Conselho de Redação Abel Macedo, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Rogério Ribeiro, Teresa Medina

Colaborador Permanente José Paulo Oliveira

Design Gráfico Adriano Rangel · **Foto Capa** Ana Alvim · **Pós Produção Digital** Rui Moreira · **Impressão** Multiponto, S.A.

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redação e Administração** Rua D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6

E-mail spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 20.000 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal n.º** 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não refletem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direção do SPN.

Não há futuro sem emprego

Assinalando um ano de *troika*, no dia 17 de maio, vários jornais chamaram para primeira página os números do desemprego, lembrando que só nos 12 meses do resgate foram perdidos 203 mil empregos no país. Considerando a existência de 819 mil desempregados como “a maior ferida aberta pela *troika*”, o editorial do Público deixava um alerta: “Um ano depois da *troika*, o país pode cerrar os dentes e viver com menos rendimentos e mais impostos, na expectativa de dias melhores. Não pode é encolher os ombros perante os milhares de portugueses que durante anos lutaram por uma vida decente, no estudo ou nos seus postos de trabalho, e que, à custa de erros de terceiros, foram descartados do direito a trabalhar. Com o desemprego real perto dos 20%, é fundamental que o Governo, a *troika* ou Angela Merkel percebam que Portugal caminha depressa para a erosão social”.

Alguns dias depois, António Nóvoa, enquanto presidente da Comissão Organizadora das Comemorações do 10 de Junho, dirigia as primeiras palavras do seu discurso aos portugueses que vivem situações de dificuldade, pobreza e desemprego, e deixava um outro alerta: “Começa a haver demasiados ‘portugais’ dentro de Portugal. Começa a haver demasiadas desigualdades. E uma sociedade fragmentada é facilmente vencida pelo medo e pela radicalização”. E lembrando o esforço notável que Portugal realizou nas últimas décadas, no campo da Escola Pública, das universidades e da Ciência, lamentava a incapacidade do país para aproveitar este potencial para reorganizar a sociedade com base na valorização do conhecimento, desta forma integrando uma geração qualificada, em vez de a empurrar para a precariedade e para o desemprego.

Desemprego que, tendo duplicado nos últimos seis meses entre os diplomados na área da Educação, atingirá ainda mais duramente a profissão docente a partir de setembro. Medidas como a revisão da estrutura curricular, o aumento do número de alunos por turma, a criação de mega-agrupamentos, a extinção dos Centros Novas Oportunidades, o despacho de organização do ano letivo, a regula-

mentação da escolaridade obrigatória – entre outras – visam em primeiro lugar tornar o sistema público mais barato, reduzindo o número de professores. Esta é uma opção política inaceitável, não só pelos largos milhares de professores que ficarão sem emprego, muitos deles com anos e anos de contratos precários, mas também porque num país em crise, as escolas terão menos recursos, menos meios, menos ofertas formativas, menos horas de crédito (nem os diretores de turma escaparam...) para responder ao impacto que a crise vai ter na vida das famílias e, inevitavelmente, também na vivência escolar e educativa dos alunos.

Mas as políticas que estão a ser seguidas perseguem ainda um outro objetivo: a reconfiguração da Escola Pública, desqualificando-a e pondo em causa a sua matriz democrática, que a Constituição consagrou e a Lei de Bases do Sistema Educativo definiu – lei a que a separata desta edição faz uma referência especial, ao revisitar a criação do Sindicato dos Professores do Norte e a grande atividade reivindicativa desenvolvida durante os anos 80, período em que, além da LBSE, também foi amplamente discutido, negociado e aprovado o Estatuto da Carreira Docente.

Olhando para o caminho percorrido, é forçoso constatar que o SPN comemora o seu 30º aniversário num tempo muito menos estimulante do que aquele que o viu nascer. Longe vão os tempos de expansão, de conquista de direitos e de uma intensa participação cidadã e política.

Hoje, o tempo é de retração a todos os níveis. Por isso é tão importante lembrar quão difíceis foram essas conquistas e não aceitar a regressão que querem impor-nos. Nessa resistência, a ação coletiva e a luta sindical ganham uma importância acrescida. É preciso acabar com o argumento sempre repetido de que não há alternativas.

Porque, como bem dizia António Nóvoa, “a arrogância do pensamento inevitável é o contrário da liberdade. E nestes estranhos dias, duros e difíceis, podemos prescindir de tudo, mas não podemos prescindir nem da Liberdade nem do Futuro”.



Manuela Mendonça
coordenadora do SPN



Henrique Borges

SPN e Fenprof promoveram concentrações junto às DRE e ao MEC

Contra uma **falsa revisão curricular**



Como é sabido, o Ministério da Educação e Ciência apresentou, no dia 26 de Março, o que chamou de versão final da Revisão da Estrutura Curricular. Além de pôr a nu as ideias redutoras e retrógradas de Nuno Crato sobre o currículo, esta "revisão" decorre do imperativo orçamental de reduzir a despesa em Educação, só nesta matéria, em 102 milhões de euros – redução que atingirá um total de 803 milhões em 2012 e 2.300 milhões em dois anos. Esta "revisão curricular" assume-se, por isso, como um dos elementos estruturantes da violenta ofensiva que está a ser desferida contra as escolas, a qualidade educativa e, inevitavelmente, contra o emprego docente, num sector que, nos últimos dois anos viu aumentar o desemprego em 225% (números oficiais do Instituto de Emprego e Formação Profissional).

Porque os professores não podiam acolher passivamente estas e outras medidas, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) promoveu concentrações, no dia 4 de Maio, junto às direcções regionais de Educação e ao MEC, exigindo a suspensão desta falsa revisão curricular.

Apesar da intensa e persistente chu-

va que marcou o final de tarde na cidade do Porto, a concentração que ocorreu frente à DREN contou com a presença de mais de uma centena de professores, na sua grande maioria dos grupos de EVT e Educação Tecnológica, que, compreensivelmente, vêm assumindo com maior visibilidade um protesto para o qual todos os docentes, independentemente do grupo de recrutamento, têm fortes motivos de queixa, pois nenhum deixa de ter perdas com as alterações que o Governo aprovou recentemente em Conselho de Ministros e que não defendem nem o emprego docente nem a qualidade da educação.

Na ocasião, a directora regional adjunta, Isabel Cruz, recebeu uma delegação dos presentes, que integrava a coordenadora do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), Manuela Mendonça, e quatro docentes de EVT e ET, tendo expressado a sua compreensão para com os argumentos expostos, e inerente preocupação, comprometendo-se a expô-los à tutela.

Aliás, foram muitas as posições fortemente críticas desta "revisão". Entre elas, pela sua importância, destaca-se

a do Conselho Nacional de Educação (Parecer nº 2/2012, disponível nos complementos on line desta edição, em www.spn.pt).

Mas quando até o MEC se converte em pouco mais do que uma secretaria das Finanças e o imperativo de poupar em todos os campos se torna mais importante do que o futuro das gerações e do país, tudo é possível... Só assim se percebe esta amputação ao currículo, como só assim se entendem medidas como a proliferação de agregações de escolas, mesmo quando distando dezenas de quilómetros entre si ou reunindo mais de 3.500 alunos, ou o novo número máximo de alunos por turma.

Acaso haverá alguém que ainda acredite que estas medidas visam a melhoria da qualidade do ensino, como hipocritamente os governantes ainda conseguem escrever nos preâmbulos de alguns diplomas?

Se houver, alguém requeira o seu internamento compulsivo, por favor...

José Manuel Costa
direção do SPN

[o autor não utiliza o AO90]

Nem a CGA tem critérios únicos...

A última iniciativa para aposentados organizada pela Federação Nacional dos Professores (Fenprof) foi, em 1993, o 2º Congresso de Professores Aposentados. O alvo principal eram as pensões degradadas, conduzindo à Lei nº 39/99, de que resultou a indexação das pensões aos vencimentos dos docentes no ativo com a mesma categoria.

Isto passava-se numa época em que a generalidade das pessoas pensava que a reforma era uma situação que não os tocava e que era só para algumas que estranhamente lá chegavam. Quando lhes falavam em pagar quotas em dívida, por falta de pagamento em situações que os descontos não eram obrigatórios, adriavam a resolução para a altura da dita aposentação onde pensavam que nunca chegariam. Viram-se depois a pagar fortunas porque os pagamentos passaram a ser feitos pelo valor do vencimento na data e não do que ganhavam na altura da dívida.

Nessa altura ganhámos o apoio dos professores e educadores no ativo para as consequências da aposentação, que consideramos o último escalão da carreira docente.

Hoje, que o problema das pensões de aposentação e reforma está na ordem do dia, ninguém se lembra do trabalho que existiu nos últimos 20 anos. Hoje, o grande trabalho dos sindicatos é com os

aposentáveis, porque as leis aparecem e desaparecem e, ultimamente, nem a própria Caixa Geral de Aposentações tem um critério único para aplicação das leis. O que é aceite para um, é rejeitado para outro... E as reclamações contenciosas acumulam-se.

O trabalho não interessa e as bonificações não são para quem trabalhar mais, mas para quem começou a trabalhar mais cedo. O dia em que se fez 55 anos é que é importante!

Os professores e educadores que trabalham nas instituições particulares de solidariedade social (IPSS) e nas misericórdias e que têm reformas pela Segurança Social já viram o tempo de serviço aumentado porque não podem pedir reformas antecipadas. A uma educadora com 65 anos, que passa todo o dia com criancinhas de 3 anos, chama-se "alta pedagogia" no Ministério da Educação e Ciência, mas para nós é falta de visão sobre o desgaste da profissão e a adaptação à função

Quando vemos a casa do vizinho a arder, chamamos os bombeiros. Neste caso, os professores e educadores pedem que não haja mudança de legislação, sobretudo "à má fila"!

Teresa Maia Mendes,

Mesa da Assembleia-Geral do SPN

Desta vez foi Marrocos...



... Pelo exotismo e costumes muito diferentes, queríamos conhecer a arte berbere. Começamos por Casablanca e pelas cidades imperiais de Rabat e Fez – duas cidades medievais que encantaram pelas muralhas cheias de furos, por causa do vento que as podia deitar abaixo, porque eram feitas de adobe, mas resistem desde o século XII. As medinas de Fez e os *souks* (mercados) foram o paraíso das compras e da discussão dos preços. Tivemos os oásis de tamareiras e muitas árvores de fruta no vale de Ziz que quebravam a aridez da paisagem. O Atlas, o Sahara, a cidade de Erfoud, com os fósseis milenários, Ouarzazate, com as suas rosas, visitas aos *kasbahs*, já que não nos deixavam entrar nas mesquitas, porque são lugares de oração e não para visitas perturbadoras... Finalmente, o encanto de Marraquexe, com os jardins Aguedal, Menara e, sobretudo, Majorelle (adquirido por Yves Saint Laurent, mas aberto ao público), a torre Koutoubia e a animada praça Jemaa El Fna, que visitámos de noite (de charrete) e de dia. E, claro, os *souks* e as suas ruelas "encantadoras". O grande encanto está no equilíbrio entre a construção medieval e a atual. Qualquer dia voltamos lá!

T.M.M.



Álvaro Avim



Com o apoio do SPN **Gaia em marcha contra mega-agrupamentos**

A Direção Regional de Educação do Norte (DREN) está a desenvolver o processo de constituição de mega-agrupamentos, tendo nos últimos meses chegado a vez das escolas de Vila Nova de Gaia. Num primeiro momento, tudo se passou entre a DREN e os diretores, em articulação com a Câmara Municipal. Posteriormente, a posição dos presidentes dos 23 conselhos gerais (de que a SPN-Informação deu conta na edição anterior) e a pressão do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) obrigaram a DREN e a autarquia a envolverem os conselhos gerais em todo o processo, como é de lei.

A autarquia começou por assumir que não pretendia apoiar qualquer tipo de agregação, mas depois o vereador da Educação deu o dito por não dito e subscreveu a proposta da DREN. Perante a situação, vários elementos das comunidades educativas começaram a tomar posição contra os mega-agrupamentos e, numa reunião na Escola Secundária de Oliveira do Douro, surgiu a ideia de se realizar uma Marcha, aberta a toda a população. Os presidentes dos conselhos gerais aderiram à ideia, apelando à participação. Tal como o SPN, que apoiou a iniciativa.

Foi também posto a circular um abaixo-assinado contra a criação destas superestruturas, denunciando mais um ataque à Escola Pública, agravado pelo aumento do número de alunos por turma, mais problemas de indisciplina e violência, bem como maiores dificuldades de gestão destas unidades, que poderão atingir mais de três mil alunos.

Gaia conta, atualmente, com nove escolas secundárias e 14 agrupamentos, estando prevista a formação de quatro mega-agrupamentos que irão agregar algumas secundárias aos agrupamentos já existentes; está ainda por esclarecer o que vai acontecer a muitas outras escolas.

Sábado, 26 de maio. Ao início da tarde, professores, alunos, pais e funcionários juntaram-se no local de concentração e desfilaram até à sede do Município, empunhando cartazes e balões, num movimento muito positivo de defesa da Escola Pública. *Contra os Mega! e Para os bancos vão milhões, para as escolas vão tostões!* foram algumas das frases ouvidas.

Os promotores da Marcha solicitaram uma audiência ao presidente da Câmara, mas os portões estiveram sempre encerrados. No entanto, depois da intervenção de representantes da comunidade educativa, uma delegação foi recebida pelo vereador Eduardo Vítor Rodrigues (PS), com quem partilhou preocupações. Da reunião resultou a possibilidade de o assunto voltar a ser colocado na agenda da Assembleia Municipal.

Vimos balões pretos e amarelos. Vimos gente de todos os agrupamentos. Vimos uma alegria em estar e em dizer que isto não vai lá com o nosso silêncio. Vimos sorrisos. Vimos FORÇA!

João Paulo Silva, Maria José Costa
Direção Distrital SPN / Porto

reestruturação da rede escolar

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA. O SPN promoveu uma conferência de imprensa (7 de maio) sobre a reestruturação da rede escolar, onde reafirmou a sua oposição a unidades orgânicas de grande dimensão, alertou para os problemas que a medida criará nas escolas e criticou as propostas da DREN, chamando a atenção para a necessidade de serem respeitadas as exceções previstas na lei. Na ocasião, foram divulgadas posições de órgãos de direção e gestão de escolas/agrupamentos e de outras entidades, contrariando as pretensões da DREN – participando em representação dos

23 conselhos gerais de V. N. Gaia, Avelino Azevedo considerou que os mega-agrupamentos prejudicarão a concretização dos projetos educativos das escolas e contestou a forma como o processo foi desenvolvido pela DREN, reunindo com os diretores e relegando os conselhos gerais para segundo plano. A direção do SPN desafiou o MEC a ter em conta as posições das comunidades educativas ou a assumir claramente o caráter meramente economicista da reestruturação, considerando que a importância do que está em causa exige que, pelo menos, se fale verdade.

SPN A COMEMORAR 30 ANOS



[DES]EMPREGO DOCENTE

No momento em que o MEC/Governo prepara o despedimento de milhares de docentes, é fundamental refletir e agir em defesa de uma Escola Pública que responda às necessidades dos alunos e das famílias, garantindo boa organização pedagógica e ensino de qualidade. Nesta perspetiva, a direção do SPN/Braga promoveu um debate sobre *Emprego Docente: Que Futuro?* No auditório da Escola Secundária Francisco de Holanda, em Guimarães, estiveram em discussão o emprego/desemprego docente e o papel de instituições como o Instituto de Emprego e Formação Profissional e os sindicatos. A dinamizar a discussão estiveram presentes João Louceiro (grupo de trabalho Precariedade e Desemprego, da Fenprof) e Helena Chaves e Cristina Dias, do IEFP/Guimarães (a quem o SPN/Braga agradece publicamente). O debate foi interessante e participado, revelando a preocupação da generalidade dos presentes pelo futuro da Escola Pública.



APOSENTADOS(AS) ATIVOS(AS)

Educadores(as) e professores(as) aposentados(as) do distrito de Aveiro juntaram-se em Arouca para uma jornada de convívio em dia internacional dos museus (18 de maio). Rostos com marcas da Escola de Abril e de muitas lutas pela dignidade docente e pela construção de uma Escola Pública democrática e do sindicalismo docente, recordaram memórias, partilharam pedaços de história(s) e prometeram continuar ativos na comemoração dos 30 anos do SPN e na luta que professores(as) e outros(as) trabalhadores(as) estão a travar contra as políticas de desastre nacional que governam o país.



EDUCAÇÃO E PODER LOCAL

A relação entre a Educação e o Poder Local foi tema de debate em Mirandela, num encontro que reuniu autarcas e docentes e que os representantes das associações de pais aproveitaram para tecer fortes críticas à constituição do agrupamento no concelho. O debate teve como oradores: António Branco, presidente da Câmara Municipal de Mirandela, que deixou claro ser contra a contratação de docentes pelas autarquias, mas que a autarquia tem de ser um interveniente mais ativo na definição e desenvolvimento do projeto educativo; Fernanda Natália, do Agrupamento de Escolas de Carraceda de Ansiães, que deu a visão de alguém que tem conseguido conciliar as funções de docente e de autarca, uma convivência nem sempre fácil; e Alberto Almeida, do Agrupamento de Escolas de Lamego, que fez um enquadramento histórico das competências das autarquias.

O número de professores
desempregados aumentou
136% entre 2011-2012 (IEFP)

+ informações sobre as iniciativas SPN30 em www.spn.pt

SPN A COMEMORAR 30 ANOS



EXPOSIÇÃO E DEBATE

A obra musical de José Afonso motivou uma “operação” do SPN/Póvoa na Biblioteca Municipal José Régio, em Vila do Conde. Constituída por vários painéis e por um vídeo testemunhal em projeção contínua, a exposição *Desta Canção Que Apeteço* evoca a discografia completa do autor de “Utopia”. No ato inaugural (19 de maio), participaram o Coro da Escola Secundária Rocha Peixoto (que interpretou temas do cancionário tradicional e a “Grândola”), Rafael Tormenta (declamação de poemas de José Afonso) e a jovem Ana Moura, que coreografou e dançou duas canções. Uma semana depois, o auditório da biblioteca encheu-se para uma “tertúlia” em torno da obra musical de Zeca Afonso (aspetos de composição, poesia, temas, etc.), em que participaram Mário Correia, musicólogo, e Paulo Esperança, vice-presidente da Associação José Afonso. E a noite terminou da melhor maneira, com Helena Sarmento a cantar a *capella* “Menino do Bairro Negro”.



CICLO DE CINEMA

Porque cinema é Cultura, e Cultura é Educação... É nesta perspetiva que a Distrital SPN/Porto está a promover sessões de cinema, com filmes escolhidos pelo nosso colega Paulo Teixeira de Sousa, tendo em conta a sociedade (a nível político, social e cultural), no passado e no presente, e a sua influência na escola e na educação. O ciclo, que no Porto, decorre na sede do SPN, é constituído por quatro filmes e começou com a projeção de *Fantasia Lusitana* (João Canijo), comentado por Rui Pereira – historiador, professor e excelente comunicador, fez-nos revisitar a época de Salazar de uma forma prazerosa, descontraída e, simultaneamente, séria e reflexiva, lembrando como as marcas políticas da ditadura se incorporaram na escola/educação, chegando até aos nossos dias. Não podíamos ter começado melhor!



+ SPN NO OLIMPO

Todos os meses, na última quinta-feira, o bar-café Olimpo veste-se de SPN e transforma-se em espaço de debate, de troca de ideias à volta de um tema e de uma bebida. Em maio, o tema prometia discussão acalorada: *Trabalho Sexual: Sim ou Não? Direitos e Preconceitos*. Para animar a sessão, convidamos dois sociólogos, gente da casa, que tem investigação desenvolvida nesta área: Fernando Bessa (UTAD) e Carlos Silva (U.Minho). Naturalmente, as opiniões dividiram-se e algumas vozes elevaram-se. No entanto, o destaque foi dado por uma participação muito viva de vários *tertulianos* alheios ao SPN, designadamente, jovens que trabalham em projetos de apoio a pessoas que vivem esta realidade (sobretudo a prostituição feminina). O próximo tema também promete: A COR DO HORTO GRÁFICO, PORQUE NIM? São convidados João Roque Rodrigues (tradutor) e João Veloso (linguista da FLUP). Um bom motivo para ir ao *Olimpo: Rua da Alegria, 26 - Porto, aos Poveiros*.

SPN30ANOS SINDICALISMO COM ROSTOS

APRESENTAÇÃO DE FOTOBIOGRAFIA - 15.SETEMBRO

SESSÃO PÚBLICA COM MANUEL LOFF

Importância das organizações e dos movimentos sociais (perspetiva histórica)

Educação de Adultos



Henrique Borges

NO DIA 26 DE MAIO DECORREU NA SEDE DO SINDICATO DOS PROFESSORES DO NORTE (SPN), NO PORTO, O SEMINÁRIO INTITULADO “EDUCAÇÃO DE ADULTOS: NOVAS OPORTUNIDADES – PRESENTE E FUTURO”. A INICIATIVA FOI DO GRUPO DE TRABALHO PARA A EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA E RESULTOU NUM INTERESSANTE DEBATE, POSSIBILITANDO FAZER UM BALANÇO DAS ALTERAÇÕES CONCRETIZADAS NA ÚLTIMA DÉCADA.

Correspondendo à atenção que o SPN tem dado à temática, logo no início do ano letivo foi decidido promover, durante o 3º período, um debate onde se faria um balanço da Iniciativa Novas Oportunidades (INO) e se procuraria dar um corpo coerente e atualizado ao nosso pensamento sindical. Vários debates ao longo dos últimos anos, nomeadamente em congressos, permitiram sustentar esse pensamento e deram meios sólidos para a intervenção junto dos diversos atores da Educação de Adultos (EA). No entanto, o desenvolvimento recente de medidas governativas com grande publicidade (INO), consideradas mesmo decisivas na agenda política, e que se propunham abranger um número significativo de portugueses, colocaram a EA no debate público alargado, infelizmente nem sempre da melhor maneira.

Era imperioso, portanto, ouvir quem acompanhou o desenvolvimento do processo, intervindo em meios diferentes, até porque da avaliação pedida a Roberto Carneiro pelo governo anterior, apenas se conhece uma parte, não se sabendo se a restante verá a luz do dia, agora que o atual governo encomendou um estudo cujos resultados já permitiram a tomada de medidas altamente discutíveis.

Para concretizar esse objetivo foram convidados a expor o seu ponto de vista, reconhecidamente baseado em qualificação científica e participação no terreno: Almiro Lopes, avaliador externo nos processos Reconhecimento, Validação e Certificação de

Competências e ex-dirigente do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa e da Fenprof; Luís Rothes, da Escola Superior de Educação do Porto, que acompanha há anos a problemática da EA e que teve colaboração ativa recente na ex-ANEFA e na ex-ANQ; e Teresa Medina, da Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade do Porto e dirigente do SPN. Previa-se e verificou-se um excelente debate, moderado por Anabela Sousa, da direção do SPN. As intervenções efetuadas abordaram as questões sensíveis em discussão e a diversidade dos participantes – muitos formadores e técnicos com grande conhecimento da realidade abordada – permitiu alcançar os objetivos apontados.

Um importante contributo para o debate foi dado por Sallete Pinto, que aceitou o convite para relatar a sua experiência pessoal de frequência de RVCC de nível secundário, o que proporcionou um momento muito interessante.

Sendo certo que os assuntos a discutir estariam de algum modo condicionados pelas recentes medidas do MEC – orientações relacionadas com o encerramento dos Centros Novas Oportunidades e conferência de imprensa da secretária de Estado para apresentar a “revisão” da oferta formativa –, tal não veio a suceder. Foi possível, também pela excelente apresentação dos convidados, fazer um balanço das alterações concretizadas na última década, das suas inegáveis realizações, dos erros cometidos e da necessidade de evolução no contexto atual do país.

em debate no SPN



Luís Rothes iniciou a sua intervenção congratulando-se com a iniciativa do SPN, principalmente porque entende que o movimento sindical, na sua globalidade, não tem dado a importância devida às questões da EA, para além da problemática da formação profissional e da qualificação. Assumindo que o seu ponto de vista era o de um participante ativo na EA – responsável pelo *Documento de Estratégia para o Desenvolvimento da EA*, de 1998, membro do Conselho Consultivo da Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos e do Conselho Geral da Agência Nacional para a Qualificação – defendeu que as alterações da última década foram a maior revolução na EA, em Portugal. Pelo caráter mais criterioso de aplicação de verbas, pela importância política assumida e pela reconfiguração de ofertas que permitiu o maior envolvimento dos portugueses mais necessitados.

Teresa Medina realçou as dependências ideológicas do modelo implementado, nomeadamente a centralidade da

aprendizagem ao longo da vida que levaria a uma maior “empregabilidade” e “competitividade”, reduzindo a educação e formação a uma adaptação às necessidades da economia e do mercado. A importância da formação integral do ser humano e da sua relevância do ponto de vista da cidadania seria pouco valorizada na conceção do modelo da INO. Por outro lado, lembrou que surgiu, contraditoriamente, de setores mais conservadores da sociedade, e não só, um discurso claramente preconceituoso e elitista face à evidência de saberes das classes populares mais desfavorecidas, o que não foi de aceitação fácil por parte dos envolvidos, visto ter havido uma grande apropriação deste processo por parte dos adultos. Apropriação que estaria para além do pensado e que terá determinado, também, provavelmente, o fim anunciado do modelo.

Almiro Lopes começou por referir que, do seu ponto de vista, o sistema RVCC favorece o que chamou de “criatividade identitária”. Esta dimensão

seria de uma riqueza decisiva por ser intrinsecamente humana e muitas vezes pouco valorizada, até por intervenientes no processo. Acredita que o sistema pode produzir um trabalho muito válido porque há saberes que não cabem nos livros da escola. Como fatores negativos salientou que nos processos RVCC há orientações que apelam no sentido da sua padronização. Reafirmou que se orgulha do papel desempenhado como avaliador externo, lamentando apenas ter sido ouvido uma vez pela ANQ, em 10 anos. Tal nunca poderia favorecer a credibilização do papel dos avaliadores externos, fundamental para o sistema.

No debate que se seguiu aprofundaram-se alguns temas, ficando para o SPN uma elevada responsabilidade na concretização de um dos objetivos do seminário: corporizar um pensamento político sindical, coerente e propositivo.

Grupo de Trabalho ELV/SPN

Recurso aos tribunais como garante do Estado de Direito



Da Constituição da República Portuguesa: “Os tribunais são os órgãos de soberania com competência para administrar a justiça em nome do povo” (Artigo 202º, nº 1).

“Nos feitos submetidos a julgamento não podem os tribunais aplicar normas que infrinjam o disposto na Constituição ou os princípios nela consignados” (Artigo 204º).

Foi recentemente noticiada, e divulgada pelo Sindicato dos Professores do Norte (SPN) junto dos associados, uma decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto que julgou inconstitucional o artigo 24º, nºs 1 e 9 da Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2011). Esta decisão foi proferida no âmbito de uma ação intentada pelo SPN em representação dos interesses e direitos legalmente protegidos de um grupo de sócios que recorreram ao Departamento de Contencioso.

Esses docentes – posicionados no índice 245 da carreira docente com mais de 5 anos de permanência para efeitos de progressão – acabaram por não progredir ao índice

299, uma vez que, por força da proibição orçamental para 2011, não lograram completar os 6 anos de tempo de serviço necessários. Pelo contrário, docentes que possuíam apenas 4 anos de permanência nesse escalão para efeitos de progressão acabaram por progredir ao índice 272, ultrapassando colegas com mais tempo de serviço na carreira e no escalão.

Perante este cenário, e na sequência da procura dos serviços de contencioso por vários sócios, foi decidido, por todos os sindicatos da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), intentar ações que permitissem repor a justiça e a legalidade da situação enunciada.



Inconstitucionalidade no OE'2011

Proferida a primeira sentença pelo TAF do Porto, o Tribunal considerou:

“Conforme é entendimento doutrinal e jurisprudencial pacífico a não inversão das posições relativas de funcionários ou agentes por mero efeito da reestruturação de carreiras constitui um princípio geral que é corolário do Princípio da igualdade dos cidadãos perante a lei, consagrado, em geral, no artigo 13º da CRP, e, no domínio das relações laborais, no artigo 59º, nº 1, alínea a), da CRP. Este princípio, como limite à discricionariedade legislativa, não exige o tratamento igual de todas as situações, mas, antes, implica que sejam tratados igualmente os que se encontram em situações iguais e tratados desigualmente os que se encontram em situações desiguais, de maneira a não serem criadas discriminações arbitrárias e irrazoáveis, porque carecidas de fundamento material bastante. O princípio da igualdade não proíbe que se estabeleçam distinções, mas sim, distinções desprovidas de justificação objectiva e racional – neste sentido v. Ac. Tribunal Constitucional no 128/99, de 03-03-1999”.

Ou seja, ao permitir um resultado que vem precisamente inverter as posições relativas da carreira docente dos sócios do SPN, a Lei do Orçamento de Estado, ao proibir a contagem de tempo de serviço para efeitos de progressão, viola claramente este princípio de não inversão. Por essa razão, entendeu o TAF do Porto – com enorme precisão técnica e elevado sentido de justiça, permito-me comentar – declarar inconstitucional a referida norma da Lei do Orçamento de Estado para 2011.

Citando uma vez mais a douta sentença, entendeu o juiz que:

“Ao concluir-se que tais dispositivos legais

conduzem a um posicionamento na carreira contrário ao princípio da não inversão das posições relativas de funcionários ou agentes por mero efeito da reestruturação de carreiras, que é corolário do princípio da igualdade dos cidadãos perante a lei, consagrado, em geral, no artigo 13º da CRP, e, no domínio das relações laborais, no artigo 59º, nº 1, alínea a), da CRP, impõe-se julgar inconstitucional, por violação dos artigos 13º, e 59º, nº 1, alínea a) da CRP, o artigo 24º, nºs 1 e 9 da Lei nº 55-A/2010 de 31/12, na interpretação dada a estes normativos pelo Ministério da Educação, por força da qual, se impede a aplicação da solução consagrada no artigo 8º, nº 1 do DL nº 75/2010 de 23/6 aos associados do A., ora representados”.

Esta decisão, já transitada em julgado, produz efeitos apenas em relação aos docentes que foram representados pelo SPN neste processo. Assim, estes professores verão contabilizado o tempo de serviço prestado durante 2011 para efeitos de progressão na carreira, devendo progredir ao índice 299 da carreira docente com efeitos à data em que perfizeram 6 anos de permanência no índice 245.

Apesar da produção de efeitos ser limitada ao caso concreto, esta decisão revela o recurso aos tribunais como garante do Estado de Direito, além da esperança que acarreta para processos semelhantes que se encontram pendentes.

MEC insiste em ignorar aspetos legais

Fora do domínio estritamente processual, esta sentença coloca uma nova dúvida. Como vai a Administração reagir perante a inevitável progressão destes docentes, sendo que outros estão na mesma situação material? Irá

a Administração respeitar os preceitos constitucionais e assegurar aos demais professores que se viram ultrapassados a progressão que o TAF do Porto veio sentenciar para os sócios do SPN aí representados?

Porque este espaço me permite, arrisco responder que não. Infelizmente, os casos mais recentes de natureza semelhante têm revelado uma Administração pouco preocupada com a legalidade e a justiça material, antes orientada pelas convicções economicistas que na sua insistente utilização teimam em não encontrar soluções.

A este propósito veja-se a atuação que tem demonstrado o entendimento do Ministério da Educação e Ciência relativamente ao pagamento da caducidade dos contratos resolutivos com os docentes. Apesar das dezenas de sentenças já transitadas e que condenam judicialmente o MEC ao referido pagamento, a verdade é que a única forma de garantir esse direito continua a ser o recurso aos tribunais, pois, quando requerida junto da Administração, esta pretensão continua a ser indeferida.

Perante esta evitável sina, daremos preferência às soluções de consenso, requerendo, alertando e reclamando junto do MEC sempre que necessário. Se apesar desses esforços não lograrmos a reposição da legalidade, merecerá ponderação o recurso às vias judiciais para repor a situação devida de modo coercivo.

Numa altura em que o MEC insiste em ignorar aspetos legais decisivos em matérias primordiais como a organização do ano letivo ou a criação dos mega-agrupamentos, tudo faremos para que a Lei e a Justiça sejam respeitadas por aqueles a quem conferimos um mandato governativo.

José Miguel Pinho
advogado do SPN



serra do pilar 1

O programa *Concertos na Serra do Pilar* (iniciativa da Gaianima) abre com **Luís Represas + João Gil**. Com projetos e carreiras a solo, os dois músicos e amigos não trabalhavam em conjunto desde a “interrupção” dos Trovante. Recentemente, assinalando os 35 anos de carreira de ambos, voltaram ao estúdio e gravaram *Sisudo Amável*, que deverá servir de âncora a este concerto, tal como alguns clássicos dos Trovante.

ECHO & THE BUNNYMEN é uma banda fundamental dos anos 1980. Oriundos de Liverpool, no Reino Unido, e liderados pelo carismático Ian McCulloch, atingiram um nível de culto muito graças a temas como “Seven Seas” ou “Killing Moon”. O primeiro concerto em Portugal (1982) foi no Festival de Vilar de Mouros.

29/30.junho, 22h



casa da música

Com milhões de discos vendidos, digressões bem sucedidas por todo o mundo e quatro Grammys, a edição do mítico *Clube da Esquina* – cujo 40º aniversário se celebra este ano – constitui um momento especial na carreira de **MILTON NASCIMENTO**. É ao *Clube* que o autor de “Sentinela” dedica este concerto.

02.julho, 22h



pátio das escolas

Integrado na XIV Semana Cultural da Universidade de Coimbra e assinalando a candidatura da UC a Património Mundial da Humanidade, *Tanto Mar, Tanta Música* vai reunir no Pátio das Escolas da UC o **Coro dos Antigos Orfeonistas do Orfeão Académico de Coimbra**, uma das mais prestigiadas formações portuguesas de canto coral, que acompanhará ao longo de todo o concerto **Carlos do Carmo** (dispensa apresentações) e **IVAN LINS** – para quem não conheça, um dos mais importantes compositores da música popular brasileira.

03.julho, 21h30



serra do pilar 2

Cabe a **Rui Veloso** reabrir os *Concertos na Serra do Pilar*, e dispensa apresentações – é apenas e só um dos nomes maiores da música portuguesa.

No dia seguinte, sobem ao palco os **MANFRED MANN**. Banda britânica de *rhythm & blues*, fundada em 1962, atuou pela primeira vez em Portugal no mítico Vilar de Mouros’1971. “Do Wah Diddy Diddy” (um original dos Exciters) e “Pretty Flamingo” foram os temas que catapultaram este grupo para o sucesso mundial.

06/07.julho, 22h

*Mein Kind ist wie Gold,
wie Gold ist mein Kind...*



O meu menino é de ouro,
é de ouro o meu menino...

Cortesia do professor Hermínio Felizardo - EB2,3 José Régio, Portalegre



spn
INFORMAÇÃO

DIRETORA MANUELA MENDONÇA

Ano XXVII · II Série · N.º 53

Junho 2012 · 2 euros

spninfo@spn.pt

nesta edição

a abrir

02. Formação para classificadores

editorial

03. Não há futuro sem emprego

ação sindical

05. Contra uma falsa revisão curricular

06. Nem a CGA tem critérios únicos...

07. Gaia em marcha contra mega-agrupamentos

notícias spn

08. SPN a comemorar 30 anos

10. Educação de Adultos em debate no SPN

direito aos direitos

12. Recurso aos tribunais como garante do Estado de Direito

apostas spn

14. Serra do Pilar

Casa da Música

Páteo das Escolas

a fechar

31. Mein Kind ist wie Gold, wie Gold ist mein Kind...